

Gramsci, as Perspectivas Neogramscianas e os movimentos de contra-hegemonia nas Relações Internacionais*

Gramsci, Neo-Gramscian Perspectives and counter-hegemony movements in International Relations

Juliana Lacerda

Resumo

Em decorrência das dificuldades enfrentadas pelo bloco histórico transnacional na reprodução da sua hegemonia e dos alardeados efeitos negativos da expansão da globalização neoliberal pelo mundo, espaços para a sua contestação foram abertos. Nesse contexto, surgem os movimentos sociais de resistência global, os quais se deparam com a oportunidade de se expandir e se fortalecer como um bloco contra-hegemônico, segundo o pensamento político de Antonio Gramsci. Sendo assim, este artigo tem por objetivo fazer uma reflexão acerca da gênese de tais movimentos no cenário internacional, tendo por referencial teórico alguns dos principais conceitos de Gramsci e a contribuição das Perspectivas Neogramscianas para o estudo das Relações Internacionais, principalmente no que diz respeito aos movimentos sociais de resistência global. Para tanto, serão apresentados textos e artigos de teóricos e acadêmicos responsáveis pela análise do pensamento de desse autor e dos seus conceitos, e pela sua transposição para as Relações Internacionais. Desse modo, conclui-se que as ferra-

* Agradeço pelo incentivo e apoio do Professor Marco Antonio de Meneses Silva para a realização deste trabalho.

mentas do pensamento gramsciano e das Perspectivas Neogramscianas apresentam caminhos inovadores e promissores para as Relações Internacionais no que tange à análise dos movimentos de contra-hegemonia.

Palavras-chave: Globalização neoliberal; Movimentos sociais de resistência global; Contra-hegemonia; Gramsci; Perspectivas neogramscianas.

Como efeito da crise de legitimidade da hegemonia vigente, principalmente no que diz respeito à crescente insatisfação e descontentamento de grupos sociais pelo mundo face à expansão da globalização neoliberal, destaca-se a abertura de espaços para a atuação dos chamados movimentos sociais de resistência global. Portanto, este artigo pretende fazer uma reflexão acerca do surgimento de tais movimentos no cenário internacional. Vale ressaltar a importância do pensamento político de Antonio Gramsci para tanto. A contribuição enriquecedora de Gramsci para a teoria política reside na análise crítica e inovadora da realidade da Itália, nas primeiras décadas do século XX. Teórico marxista, a pertinência dos seus conceitos não ficou restrita nem ao caso específico da Itália, muito menos ao período histórico em questão. Os conceitos gramscianos adquiriram aplicabilidade nas Relações Internacionais por meio de teóricos contemporâneos como Robert Cox e Stephen Gill, dentre tantos outros. A continuidade desse trabalho deu origem às ditas Perspectivas Neogramscianas (PNGs). Sendo assim, este artigo se propõe a responder à seguinte questão: o conceito de contra-hegemonia de Gramsci é passível de ser aplicado aos movimentos sociais de resistência global?

Para se compreender o surgimento de tais movimentos, se recorrerá às PNGs. E, por sua vez, para que suas idéias possam ficar claras, será necessário ir até a origem dessa vertente, isto é, trabalhar alguns dos principais conceitos de Gramsci pertinentes para esta pesquisa.

Apresentar-se-ão textos e artigos de teóricos e acadêmicos responsáveis pela análise do pensamento de Gramsci e dos seus conceitos, ou os seus “intérpretes”, e pela sua transposição para as Relações Internacionais, ou seja, os neogramscianos. Para esta pesquisa, do primeiro grupo, será levado em consideração o trabalho dos seguintes autores: Carlos Nelson Coutinho, Giovanni Semeraro, Hugues Portelli, Luciano Gruppi e Orides Mezzaroba. Do outro grupo, por sua vez, será ressaltada a contribuição para a análise sobre a economia política internacional dos seguintes autores: Leonardo César Souza Ramos, Marco Antonio de Meneses Silva, Orides Mezzaroba, Robert W. Cox, Stephen Gill e William I. Robinson.¹ Também serão importantes para a pesquisa as principais contribuições das PNGs no que se refere aos movimentos contra-hegemônicos.

É de suma importância que se tenha em mente que o que une o tema desta pesquisa ao pensamento político de Gramsci, ao do cientista político Robert W. Cox, ao das PNGs, e à Teoria Crítica de forma mais ampla, é justamente a preocupação com a emancipação humana e com a transformação da realidade política, econômica e social por meio da ação humana.²

A idéia do Fórum Social Mundial de que “um outro mundo é possível” e o seu esforço em torná-la real converge com o papel desempenhado pela Teoria Crítica de guia para a ação estratégica, para a ação transformadora da ordem internacional. Ao contrário do Realismo, uma das teorias convencionais das Relações Internacionais, que possui um compromisso normativo com a manutenção da ordem e com aqueles que dela se beneficiam, a Teoria Crítica percebe que as transformações constantes da ordem internacional possuem o potencial para a construção de estratégias que levem a uma ordem alternativa (COX, 1996; SILVA, 2005).

Originária do pensamento marxista, a Teoria Crítica possui como umas das suas vertentes mais influentes em Relações Internacionais o pensamento político de Antonio Gramsci. Intelectual marxista e líder revolucionário italiano,

¹ Se o leitor quiser conhecer mais essa idéia, recomendamos Craig N. Murphy, David Law, Enrico Augelli, Giovanni Arrighi, Mark Rupert, Kees van der Pijl.

² A referência principal sobre a Teoria Crítica em Relações Internacionais, para este trabalho, é COX (1996). Para uma interessante interpretação brasileira da Teoria Crítica, ver SILVA (2005).

Gramsci preocupava-se com a transformação da realidade da Itália do início do século XX, sendo o potencial emancipatório da sociedade civil, pelo estabelecimento de uma hegemonia, o objeto de seu pensamento (COX, 2002, p. 97).

Como anteriormente mencionado, a aplicação dos conceitos gramscianos às Relações Internacionais foi possível com o trabalho precursor de Cox, igualmente preocupado com a transformação da realidade social e política, porém no contexto internacional contemporâneo. A continuidade do seu trabalho tem ocorrido por meio da contribuição acadêmica das PNGs.

Conforme apontado por Ramos, as PNGs contribuem para a compreensão e para a transformação da economia política global. Por serem perspectivas críticas com preocupações emancipatórias, elas avançam em relação às abordagens convencionais das Relações Internacionais não somente por agregarem à análise fatores negligenciados (por exemplo, incorporando a ela as forças sociais transnacionais), mas também por não se conformarem com a realidade como ela se apresenta. Procuram revitalizar o marxismo nos estudos internacionais ao introduzir um materialismo histórico não determinista e não dogmático (RAMOS, 2006a).³

Feitas as devidas considerações, os conceitos de Gramsci de hegemonia, sociedade civil, bloco histórico e contra-hegemonia serão trabalhados na seção a seguir. A aplicação desses conceitos nas Relações Internacionais será analisada na segunda seção, e o surgimento dos chamados movimentos sociais de resistência global, na terceira.

Hegemonia, sociedade civil, bloco histórico e contra-hegemonia

A principal contribuição de Gramsci, no que se refere ao estudo sobre o poder, diz respeito ao seu conceito de hegemonia, que é inovador ao propor a associação entre coerção e consentimento, porém com a predominância do último.⁴ A palavra hegemonia deriva do termo grego *eghestai*, que quer dizer conduzir, ser chefe, e também do verbo *eghemoneuo*, que se refere à idéia de conduzir, porém mais voltado para o sentido de comandar, dominar (MEZZARROBA, 2005).

³ A possibilidade de intervenção da teoria na realidade, por sua vez, ainda gera muita polêmica. No campo das ciências sociais, muitos acadêmicos, de diferentes vertentes teóricas, acreditam não ser esse o objetivo da teoria, que deve permanecer sempre neutra e imparcial em relação ao objeto de análise. Para mais informações sobre o debate em questão, ver Cardoso De Oliveira (1998), Rocha (2002), Silva (2005) e Weber (2001).

⁴ É interessante frisar que Gramsci utiliza da obra **O príncipe**, de Maquiavel, a imagem do poder análoga à imagem mitológica do centauro (metade homem, metade besta) para fazer a associação entre consentimento e coerção (COX, 1993, p. 52).

A hegemonia é um tipo de exercício do poder por um ou mais grupos sociais sobre os demais. É a garantia de que os seus interesses serão atendidos com o mínimo de esforço possível, recorrendo aos mecanismos de coerção quando necessário. Isto porque a hegemonia se caracteriza pelo exercício do poder pelo consentimento, ou seja, é fazer com que os interesses específicos de determinado(s) grupo(s) sejam vistos e aceitos pelos demais como seus próprios interesses.

O consentimento será adquirido pela universalização e pela disseminação, no âmbito da sociedade civil, da ideologia e dos valores que sustentam a hegemonia, por meio dos ditos “aparelhos privados de hegemonia”, isto é, pelas instituições da sociedade civil cuja adesão se faz voluntariamente, sem o uso da repressão (por exemplo, a Igreja, o sistema educacional, os meios de comunicação, os sindicatos, os partidos políticos e outros). É na sociedade civil que se estabelece a hegemonia (COUTINHO, 1999).

Segundo Coutinho, Gramsci introduz novas considerações em relação à teoria marxista do Estado. Primeiramente, pela transposição da sociedade civil (que, para Marx, pertencia à esfera da infra-estrutura econômica) para a superestrutura. E, em um segundo momento, atribui à sociedade civil o papel de portadora material da hegemonia, ou seja, é por meio das instituições da sociedade civil que os valores morais, políticos e culturais da hegemonia são disseminados. Logo, o Estado passa a ser composto por dois elementos, e não mais somente pelo aparato coercitivo. Tais elementos seriam a sociedade civil e a sociedade política. A sociedade política, por sua vez, é representada por uma classe dominante que detém o monopólio legal da repressão e da violência. É por meio dos aparelhos de coerção, sob o controle das burocracias executiva e policial-militar, que ela garante a sua dominação sobre a sociedade civil (COUTINHO, 1999).

No entanto, a coerção não pode ser utilizada levemente pela sociedade política. O uso indiscriminado dos meios coercitivos demonstra que o(s) grupo(s) dominante(s) não mais exerce(m) a sua hegemonia, e sim uma dominação. A dominação, no decorrer do tempo, enfraquece a legitimidade da hegemonia na medida em que é interpretada pelos demais grupos como sendo um sinal de vulnerabilidade, surgindo a possibilidade da sua contestação.

Ambos os elementos componentes do Estado servem para a conservação ou para a promoção de uma determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental, ou classe dirigente (que detém o controle dos meios de produção material e ideológico, sendo também composta pela sociedade política). Porém, a forma como se busca conservar ou promover tal base varia nos dois casos:

No âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua *hegemonia*, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a *direção política* e o *consenso*; por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem sempre uma *dominação* mediante a *coerção*. (CONTINHO, 1999, p. 121-122, grifos meu)

Cabe ressaltar a importância da relativa autonomia que a sociedade civil adquire no pensamento de Gramsci. Essa relativa autonomia em relação ao aparato coercitivo estatal permite que as forças sociais a ela inerentes se conscientizem de que possuem capacidade para a transformação da realidade, quando assim a desejarem e perceberem ser necessária, e de que será por meio das próprias instituições da sociedade civil que tal transformação se dará. Ainda, permite que essas forças tenham consciência de que a sua alienação e a sua subjugação também são maneiras pelas quais os grupos dominantes poderão exercer o seu poder. Logo, grupos sociais ativos, que participem de fato da hegemonia, irão se beneficiar dessa hegemonia e poderão também exercer seu poder de influência sobre os grupos dominantes. Quando esses não conseguirem atender aos interesses, principalmente, dos grupos aliados, tem-se a oportunidade de modificar a configuração do poder vigente. No entanto, é preciso reforçar que o desejo de transformação da realidade é condição necessária, porém insuficiente, para promovê-la. As condições materiais é que possibilitarão a promoção de mudanças reais.

Ao ampliar o conceito de Estado, incorporando a sociedade civil à superestrutura, Gramsci reconhece o papel da sociedade civil tanto na tomada de decisão sobre os aspectos econômicos, políticos, sociais, ideológicos, culturais, e, portanto, no estabelecimento da hegemonia, quanto na possibilidade de transformação da realidade, de desconstrução da hegemonia vigente por meio de uma contra-hegemonia. Ou seja, implica o seu reconhecimento como campo de batalha entre as forças sociais, local de ação e de emancipação humana. A partir dela é que uma contra-hegemonia será construída.

A construção e a consolidação da hegemonia se dão por meio do bloco histórico. O bloco histórico, de acordo com Gramsci, compreende as relações entre a infra-estrutura e a superestrutura, numa configuração específica, num período histórico determinado (PORTELLI, 1977). A interação dialética entre essas duas esferas cria uma estrutura sólida, que favorece o fortalecimento da unidade “Estado-sociedade”. Isto é, a convergência entre o modo de produção, as forças sociais, as instituições existentes e a ideologia dominante criam uma configuração propícia para a afirmação de uma hegemonia.

A possibilidade de estabelecimento de uma nova hegemonia surge a partir da “crise orgânica”, isto é, quando a classe dirigente deixa de representar os

interesses da sociedade civil (MEZZARROBA, 2005). A “crise orgânica” envolve todo bloco histórico, desde a base econômica até a superestrutura política e ideológica (GRUPPI, 1978). É no momento de contestação da hegemonia vigente que surge a oportunidade de se estabelecer uma contra-hegemonia, isto é, a busca por um novo bloco histórico pela reestruturação das relações sociais, econômicas e políticas, pela produção de novas ideologias, que darão o devido suporte ao projeto de construção de uma ordem alternativa.

A contra-hegemonia inclui a busca de propostas de uma ordem alternativa que consiga de fato amparar os anseios de diversos e distintos grupos no âmbito da sociedade civil, que consiga conciliar os seus interesses de forma a suprir as suas necessidades sempre que possível. Terá de ter a habilidade de adquirir legitimidade para substituir a ordem vigente, de conseguir superar as dificuldades enfrentadas pela hegemonia contestada e de saber responder às dificuldades que venham surgir nos processos de consolidação e de fortalecimento da ordem alternativa, da nova hegemonia. Semeraro destaca a idéia de Gramsci de que a hegemonia deve ser construída principalmente através de projetos que visem à transformação da ordem vigente. A ação política concreta, a qual possibilite a desconstrução das bases hegemônicas do grupo no poder, deve apresentar outra interpretação da realidade. A edificação da hegemonia política e cultural exige um longo período de luta, até que um grupo se sobressaia, assumindo a função de verdadeiro “conteúdo ético do Estado” (SEMERARO, 1999).

Os elementos básicos de uma hegemonia deverão estar presentes na contra-hegemonia, isto é: exercer o poder com o consentimento da maioria e, quando necessário, garantir a sua legitimidade pela coerção uma vez que houver tomado a direção e o controle da sociedade política. Tanto mais bem estruturada e consolidada será tal contra-hegemonia se as batalhas forem travadas aos poucos no âmbito da própria sociedade civil, pela conquista de posições e espaços, da direção político-ideológica e do consenso da maioria (COUTINHO, 1999).

A análise da aplicação dos conceitos de Gramsci às Relações Internacionais será feita na seção a seguir.

Gramsci e as Relações Internacionais

As PNGs procuram redefinir a idéia de hegemonia nos estudos internacionais. A partir do conceito de hegemonia de Gramsci, no qual coerção e consentimento se fundem, e incorporando as forças sociais transnacionais à análise, as PNGs movem-na para além do “Estadocentrismo” característico das teorias convencionais das Relações Internacionais. Dessa forma, é possível

diferenciar formas de ordem mundial hegemônicas das não hegemônicas, bem como identificar as origens e as condições de existência de cada uma (RAMOS, 2006a).

Há de se reconhecer a existência de dificuldades na transposição do pensamento de Gramsci para as Relações Internacionais. Dentre as principais críticas aos neogramscianos, há aquelas que apontam para os riscos de se haver uma descontextualização entre os escritos de Gramsci e as complexas questões contemporâneas, críticas essas feitas por autores como Randall Germain e Michael Kenny. Segundo Robbie Shilliam, as análises feitas pelas PNGs, no que diz respeito à economia política internacional, não são suficientemente claras sobre a dimensão internacional das transformações sociais. Estariam aplicando o conceito de hegemonia à ordem mundial sem a devida atenção às complexidades e especificidades das relações sociais capitalistas (RAMOS, 2006a, p. 7-8). Entretanto, os neogramscianos demonstram conseguirem conciliar os seus estudos com tais riscos.⁵

A transposição dos conceitos de Gramsci para a análise crítica da dinâmica internacional foi possível com o trabalho realizado pelos neogramscianos, tendo como precursor desta vertente Robert W. Cox.

Cox afirma que, para Gramsci, as relações internacionais sucedem as relações sociais fundamentais presentes em cada Estado, e não as precedem. Qualquer mudança significativa na estrutura social nacional modifica absoluta ou relativamente as relações no âmbito internacional (COX, 1993, p. 58).

Para Cox, a hegemonia mundial seria a construção, por um modo de produção dominante, de determinada estrutura econômica, política e social. Tal estrutura permite que modos de produção e classes sociais de diferentes países possam interagir entre si. Essa interação ocorre sob o respaldo de normas, instituições e mecanismos universais que irão regular o comportamento dos Estados e das entidades representativas da sociedade civil que atuam além das fronteiras nacionais. As normas, as instituições e os mecanismos universais, por sua vez, dão o suporte à hegemonia do modo de produção dominante (COX, 1993, p. 61-62).

A relação dialética entre estrutura e superestrutura no pensamento de Gramsci permite que os complexos sociedade civil e Estado existentes sejam considerados entidades componentes de uma ordem mundial. Além disso, permite também que as formas que esses complexos adquirem em determinados períodos históricos possam ser identificadas, analisadas. Sendo assim,

⁵ Para mais detalhes e informações sobre essa questão, indicamos Ramos (2006a) e Schechter (2002).

Cox propõe que as ordens mundiais seriam estruturas históricas compostas por configurações particulares oriundas da interação entre capacidades materiais, idéias e instituições (COX, 1996, p. 98-99).

As capacidades materiais representam a maneira como uma sociedade se reproduz por meio das suas relações econômicas, do seu potencial tecnológico e organizacional. As idéias são constituídas pelos significados intersubjetivos e pelas imagens coletivas. Os significados intersubjetivos correspondem ao compartilhamento de noções sobre a natureza das relações sociais, cujos efeitos seriam a perpetuação de hábitos e a criação de expectativas em relação ao comportamento social. As imagens coletivas são as imagens que os diferentes grupos sociais sustentam sobre a ordem social. São visões distintas sobre a natureza e a legitimidade das relações de poder vigentes, sobre os significados de justiça e outros. Enquanto os significados intersubjetivos tendem a se universalizar numa estrutura histórica particular, as imagens coletivas, por serem inúmeras e divergentes entre si, quando se chocam, fornecem as bases para a construção de uma ordem alternativa (COX, 1996, p. 98-99).

As instituições podem estabilizar ou perpetuar uma ordem particular. Refletem as relações de poder vigentes e tendem, inicialmente, a fazer com que haja uma convergência entre essas e as imagens coletivas. Todavia, podem também servir de terreno para disputas entre imagens coletivas divergentes ou dar lugar para novas instituições, com novas perspectivas. Constituem-se em configurações particulares de idéias e poder material, mas que podem igualmente influenciar a produção de novas idéias e capacidades materiais (COX, 1996, p. 98-99).

Empregando essas três categorias aos três níveis de atividade, ou seja, às forças sociais, às formas de Estado e às ordens mundiais, tem-se o seguinte entendimento: 1. as forças sociais participam do processo de organização da produção. Com o desenrolar do processo, transformações ocasionam ora o fortalecimento, ora o declínio de determinadas forças sociais; 2. as formas de Estado derivam dos complexos sociedade civil e Estado existentes. Tais complexos se formam a partir de configurações específicas das capacidades materiais, idéias e instituições; 3. as ordens mundiais são configurações particulares de forças, que determinam a maneira como os Estados se comportam (SILVA, 2005, p. 267-268). Os três níveis se encontram inter-relacionados de maneira não unilinear. Mudanças na organização da produção criam novas forças sociais que, por sua vez, podem modificar a estrutura dos Estados, cuja perpetuação repercute na estrutura da ordem mundial (COX, 1996). Transformações significativas na ordem mundial podem implicar a modificação da estrutura dos Estados, bem como na organização das forças sociais inerentes a eles, e assim por diante.

Trata-se de uma forma de se buscar aplicar as idéias de Gramsci nas relações internacionais. Esse entendimento também será tomado como ponto de partida para a análise do processo de formação dos movimentos de contra-hegemonia.

Levando-se em consideração o período histórico do pós-Segunda Guerra Mundial, é possível identificar duas configurações no cenário internacional. Até o final da década de 1960, tem-se o chamado bloco histórico internacional,⁶ cuja transição para o bloco histórico transnacional se dá a partir da década de 1970.

A construção do bloco histórico internacional foi possível com a expansão das forças sociais que emergiam nos EUA e a sua articulação com as forças sociais na Europa, denominada por Gill como comunidade política transatlântica. O bloco histórico internacional representava muito mais que uma simples aliança entre os interesses capitalistas de diferentes países do Atlântico. Implicava o envolvimento de várias classes sociais, fazendo da sua base um complexo mais orgânico e enraizado nas estruturas materiais e normativas da sociedade. Incluía também as forças sociais dominantes de Estados periféricos, porém com um papel ainda muito secundário na dinâmica do bloco (GILL; LAW, 1993, p. 97).

Dentre as forças sociais dominantes, havia as ditas frações do capital produtivo e financeiro, incluindo os interesses industriais e agrícolas engajados com o comércio transatlântico (banqueiros internacionais e industriais financiados por eles); elementos do aparato estatal (burocratas, militares); partidos políticos de centro; e a mão-de-obra organizada. Os representantes do modo de produção fordista (capital industrial em larga escala) se encontravam em oposição a esses grupos, haja vista serem contrários à expansão do capital financeiro não produtivo e volátil, principalmente pela sua força de desregulamentação dos mercados (RAMOS, 2006b, p. 6).

Sob a hegemonia dos EUA, estabeleceu-se uma ordem econômica internacional liberal. Muitos se referem a esta ordem como *Pax Americana*. Houve o destaque dos mercados financeiros (exemplo: Wall Street) como instrumentos importantes para a reprodução dessa ordem; foi atribuído um papel internacional mais amplo e significativo para o dólar; foram internacionalizados

⁶ Gill é quem utiliza essa terminologia (GILL; LAW, 1993, p. 96). Cox, por sua vez, irá designar tal bloco como “bloco histórico neoliberal” (COX, 1993, p. 265). Cabe ressaltar que o prefixo “neo” diz respeito às mudanças no liberalismo clássico quando da implementação de práticas keynesianas (COX, 1993, p. 265-266). Apesar das nomenclaturas serem diferentes, as características que os dois autores atribuem a esse bloco são semelhantes, sendo até mesmo complementares.

princípios do New Deal norte-americano e formas associadas de acumulação, baseadas em um fordismo intensivo em capital e no consumo de massa; expandiram-se as oportunidades para a exportação e/ou para os investimentos diretos estrangeiros (expansão das multinacionais norte-americanas), tanto para a indústria de manufaturas como para a extrativista, principalmente em relação ao petróleo, e outros fatores (GILL; LAW, 1993).

A configuração do poder era rígida, sob a forma de alianças feitas para a contenção da expansão do comunismo. A democracia liberal era promovida como o regime que garantiria a paz entre as nações, bem como o seu crescimento e desenvolvimento econômico, em contraposição ao movimento comunista que se encontrava em expansão. A estabilidade dessa configuração de poder criou as condições para o desenvolvimento de uma economia global, com a primazia dos EUA. A sua legitimidade se dava pela garantia do respeito às regras de uma ordem econômica internacional, baseada no liberalismo “revisado” promovido pelo sistema de Bretton Woods, a qual era vista pelos países integrantes como necessária e natural do processo de integração mundial (COX, 1996).

A promoção dos valores e ideologias liberais foi possível por meio de instituições internacionais como, por exemplo, o FMI, o Banco Mundial, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (o GATT), a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e outras.

O Estado do bem-estar social foi a forma de Estado que predominou durante a vigência do bloco internacional. Representava o consenso negociado entre os interesses industriais, a mão-de-obra organizada e o governo (COX, 1993). Por meio de políticas keynesianas, procurava compatibilizar o comportamento do mercado com a proteção social dos grupos desfavorecidos pelo mesmo, o que constituía o princípio básico da economia mista (combinação entre economia de mercado e as intervenções estatais quando da instabilidade macroeconômica e das falhas de mercado). Ao mesmo tempo em que havia um compromisso com a estabilidade financeira e com o comércio multilateral, isto é, com o liberalismo econômico, havia também um compromisso com a mão-de-obra organizada, o que dava espaço para a atuação dos sindicatos, que se fortaleceram nesse período (RAMOS, 2006b).

Também nesse período houve a expansão da chamada globalização neoliberal. Os dois principais aspectos da globalização neoliberal são: a) as organizações globais de produção (internacionalização da produção) – redes transnacionais complexas de produção que adquirem os vários componentes

do produto em lugares que ofereçam a melhor/maior vantagem em custos, mercados, impostos, e o acesso à mão-de-obra adequada, bem como as vantagens da segurança política e da previsibilidade; b) e as finanças globais – sistema de transações em dinheiro, crédito e ações largamente “desregulado”. Esses dois aspectos juntos constituem a chamada economia global, um espaço econômico que transcende as fronteiras de todos os países, e que continua co-existindo com uma economia internacional baseada nas transações feitas através das fronteiras dos países, reguladas por acordos e práticas interestatais (COX, 1993, p. 259-260).

Entretanto, com a intensificação da globalização neoliberal, isto é, com o aumento gradual da mobilidade e da importância do capital financeiro transnacional (integração dos mercados de capital e de câmbio em escala global), com a internacionalização da produção, com o processo de desintegração do Estado do bem-estar social nos países ocidentais desenvolvidos, sendo substituído por uma forma de Estado “internacionalizada”, dentre outros fatores, houve uma reestruturação na configuração do bloco histórico internacional (COX, 1993, p. 260-272). Dessa reestruturação, surgiu o novo bloco histórico transnacional (GILL; LAW, 1993, p. 117).

Dando continuidade ao projeto político e econômico do bloco anterior, o bloco histórico transnacional, por sua vez, procura garantir a estabilidade de uma ordem capitalista transnacional (RAMOS, 2006b, p. 8): não há mais uma hegemonia centralizada nos EUA,⁷ e sim uma liderança compartilhada, pela instituição da figura do grupo dos sete países mais industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo, mais a Rússia, o G-8, e pelas empresas transnacionais.

A crise mundial do capitalismo da década de 1970 suscitou a substituição do Estado do bem-estar social pelo Estado neoliberal: os investidores convenceram governantes de que a atração de investimentos e a recuperação

⁷ Essa idéia é controversa. Muitos acreditam que as incursões bélicas dos EUA desde o 11 de setembro demonstram que o país ainda exerce uma hegemonia mundial. Contudo, cabe ressaltar a análise de Cox sobre esta questão. A *Pax Americana* possuía as características do conceito de hegemonia de Gramsci. Como mencionado, os EUA eram o poder dominante e exerciam uma liderança baseada em princípios (que norteavam o comportamento dos Estados) largamente aceitos pelos demais países. Nesse período, os regimes econômicos estabelecidos sob a égide do poder americano passavam a idéia de serem o resultado de acordos firmados consensualmente entre todos. No entanto, o recurso freqüente a mecanismos coercitivos unilateralmente pelos EUA, as divergências cada vez mais acentuadas entre os seus interesses e o dos seus aliados (no caso, Europa e Japão), juntamente com maior subordinação dos países do Terceiro Mundo à ordem econômica liberal e às pressões militares, foram fatores que contribuíram para a mudança da natureza das relações globais. O poder dos EUA pode não ter declinado nem absoluto nem relativamente, porém, a natureza da ordem mundial atual não mais pode ser tida como hegemônica nos moldes da *Pax Americana* (COX, 1993, p. 264).

do crescimento econômico requeriam o ataque ao poder dos sindicatos e a redução dos gastos estatais na busca pelo bem-estar social, juntamente da desregulamentação do capital e do mercado financeiro. Com a redução do seu poder de intervenção na economia, o Estado neoliberal passa a dar o devido suporte à acumulação de capital e procura legitimar essa acumulação perante a esfera pública. É o chamado processo de internacionalização do Estado, como consequência da globalização neoliberal (COX, 1993, p. 260). No período entre guerras, especialmente nos anos da depressão da década de 1930, o principal papel dos Estados era o de proteger o espaço da economia nacional dos distúrbios externos. O sistema Bretton Woods mudou essa idéia ao fazer com que os Estados se comprometessem a continuarem sendo responsáveis por garantir o bem-estar doméstico, níveis de emprego e atividade econômica, porém respeitando regras internacionais que buscavam a harmonia entre diferentes políticas econômicas nacionais. Desde meados da década de 1970, com o fim de Bretton Woods, uma nova doutrina foi estabelecida: os Estados passam a se comportar como os instrumentos de ajuste das atividades econômicas nacionais, de maneira a atender às necessidades da economia global, ou seja, se internacionalizam (COX, 1993, p. 260).

A economia global mais aberta facilita a disseminação de ideologias e valores liberais, como o livre mercado, o livre comércio, a propriedade privada (exemplo: propriedade intelectual, patentes), o setor privado e o mercado mundial como promotores do desenvolvimento econômico, dentre outros (RAMOS, 2006b). As empresas transnacionais passam a exercer uma influência, uma autoridade maior, tanto em relação aos Estados quanto às organizações internacionais, ao alocarem seus recursos internacionalmente. Instituições do bloco anterior – como FMI, Banco Mundial, OCDE, ONU – permanecem como mecanismos importantes para a legitimação do novo bloco histórico. Há a institucionalização do GATT em Organização Mundial do Comércio (OMC). A ONU, todavia, enfrenta uma longa crise de legitimidade. Destaca-se também a figura das instituições não-oficiais (Comissão Trilateral, Clube de Roma, Mont Pèlerin Society, The Bilderberg Conferences), importantes para a legitimação do liberalismo econômico e para o fortalecimento das forças sociais dominantes desse bloco.⁸

⁸ Para mais detalhes, ver Cox (1993) e Gill; Law (1993). Em relação à Mont Pèlerin Society, é interessante frisar que, durante quase trinta anos (do pós-Segunda Guerra Mundial, quando foi criada, até a ascensão do bloco histórico transnacional, na década de 1970), constituiu-se em um grupo de intelectuais contrários ao Estado do bem-estar social, aos sindicatos e ao monopólio nos negócios, dentre outros fatores. Procuravam fortalecer princípios e práticas do liberalismo clássico e desenvolver pesquisas e trabalhos sobre o funcionamento do sistema econômico de mercado (MONT PÉLERIN SOCIETY, 2007).

Nessa ordem capitalista transnacional, há maior participação dos países periféricos na dinâmica da economia global, assim como maior interação entre os mesmos. Como resultado, também, da facilidade de circulação do capital financeiro e da internacionalização da produção, as crises econômicas da década de 1990, envolvendo países da América Latina, da Ásia e a Rússia, mostraram a falta de previsibilidade do sistema e a sua ineficiência em responder prontamente a elas. Consideradas crises sistêmicas, atingiram os países desenvolvidos, fazendo com que eles procurassem incluir em suas agendas de negociação a preocupação em relação ao papel mais relevante dos países periféricos na economia global.

Em decorrência da globalização neoliberal, há uma reestruturação das sociedades nacionais e a emergência de uma estrutura social global. Tal globalização é comandada por uma classe administrativa transnacional (COX, 1993, p. 261). O bloco transnacional compreende as seguintes forças sociais: fração transnacional da classe capitalista ou classe administrativa transnacional (proprietários do capital transnacional ou grupo detentor das corporações transnacionais e das instituições financeiras privadas); técnicos e burocratas estatais e aqueles responsáveis pela administração das instituições internacionais (OMC, FMI, Banco Mundial); intelectuais de instituições, como a Comissão Trilateral, Clube de Roma, Mont Pèlerin Society, Instituto Adam Smith e outros; e a classe média, que serve de “para-choque” da elite transnacional em relação aos excluídos, empobrecidos pela globalização neoliberal (COX, 1993; GILL; LAW, 1993; RAMOS, 2006b).

A internacionalização da produção cria uma estrutura de produção centro-periferia, com o centro detentor de um relativo controle das inúmeras subsidiárias ligadas a ele. Com a nova divisão internacional do trabalho, institui-se a seguinte configuração: os países desenvolvidos do Norte possuem o controle da tecnologia, da informação e dos serviços (principalmente o financeiro), enquanto que os países periféricos do Sul ficam responsáveis pela parte intensiva em mão-de-obra do processo produtivo devido à sua abundância, e por ser barata (ROBINSON, 1996). A produção descentralizada mais flexível facilita a relação além das fronteiras na organização do sistema produtivo, bem como segmenta a força de trabalho em grupos segregados pela nacionalidade, etnia, religião, gênero etc. Essa força de trabalho não possui a coesão natural que existia na força de trabalho do antigo modelo das indústrias de produção em massa. Neste processo de reestruturação da produção, o poder passou do trabalho para o capital (COX, 1993).

No entanto, o bloco histórico transnacional tem enfrentado sérias dificuldades na reprodução da hegemonia dessa classe administrativa transnacional.

As crises econômicas da década de 1990; a polarização social (aumento do número absoluto de pessoas pobres no mundo e da distância que os separam dos ricos – marginalização da pobreza e concentração da riqueza); crescimento lento da economia mundial; a preocupação com a degradação do meio ambiente e das condições de trabalho (enfraquecimento dos sindicatos) em consequência da expansão das empresas transnacionais; a crise de legitimidade e autoridade do bloco (crise de legitimidade da ONU, dificuldades com o terrorismo, a questão nuclear, ascensão de líderes de esquerda ao poder nos países da América do Sul), as quais têm sido questionadas não somente pelos setores excluídos da sociedade, mas também por intelectuais, tecnocratas e políticos integrantes das próprias elites globalizantes (RAMOS, 2006b); e o uso da coerção cada vez mais freqüente, ilustram bem essa questão.

É notável e significativo o aumento da insatisfação e do descontentamento de grupos sociais pelo mundo em relação à globalização neoliberal, que se manifesta na intensificação dos protestos e atos de resistência contra as políticas econômicas neoliberais em diferentes partes do mundo. Como efeito dessa crise de legitimidade do bloco histórico transnacional, destaca-se a abertura de espaços para a atuação dos chamados movimentos de contra-hegemonia, ou de resistência global.

Os movimentos de contra-hegemonia

A globalização teve um profundo impacto nas relações sociais. Conforme explicitado na seção anterior, intensificaram-se as diferenças entre os grupos sociais com a nova divisão internacional do trabalho (expansão de empregos temporários, com grande rotatividade, de baixa qualificação, e com salários menores), e o Estado passa a privilegiar os interesses do capital, abrindo o espaço para maior influência do capital e da lógica de mercado em aspectos sociais (educação, saúde, cultura). O aumento da marginalização social e da concentração da riqueza contribui para a ampliação da polarização entre pobres e ricos.

Os elementos mais vulneráveis da sociedade civil, ao perderem a proteção do Estado do bem-estar social,⁹ são impelidos a se organizarem independente da nova forma de Estado, tanto como protesto contra a perda do suporte estatal quanto para compensá-la por meio de iniciativas voluntárias e de ajuda mútua (COX, 2002), como, por exemplo, as organizações não governamentais (ONGs). Novas organizações sociais de protesto surgem no espaço

⁹ Em muitos países periféricos, a sociedade civil sequer teve acesso a algum tipo de proteção do Estado.

político aberto com a cisão do poder exercido pelas autoridades políticas, ou seja, a sociedade civil se depara com a oportunidade de se expandir e se fortalecer sob a forma de um bloco contra-hegemônico.

A globalização da resistência é o resultado da relação dialética entre as conseqüências do processo de transnacionalização das relações de produção capitalistas (e a falta de legitimidade cada vez maior da hegemonia da globalização neoliberal inerente a ela) e a atuação das forças sociais rivais a elas (RAMOS, 2006b).¹⁰ Essa resistência à globalização neoliberal, desde a metade da década de 1990, tem se organizado progressivamente.

À medida que as estruturas de produção nacionais se tornaram transnacionalmente integradas pelo processo de globalização, as classes sociais nacionais experimentaram igualmente tal integração. Entretanto, enquanto alguns grupos se aliaram às forças sociais hegemônicas, muitos outros se viram alijados pelas mesmas. Isso facilitou a mobilização dos diversos grupos sociais insatisfeitos com a ordem capitalista transnacional, que, por sua vez, aproveitando as estruturas criadas pela integração global das classes sociais, passaram a atuar numa escala global. Essa mobilização tem se dado pelas já existentes redes internacionais de atuação de entidades da sociedade civil, como as já mencionadas ONGs, e pelos meios de comunicação.

Movimentos de resistência ao autoritarismo e à exclusão do processo de globalização capitalista que surgiram em muitos países da Ásia e da América Latina são tidos como emanções da sociedade civil. A sociedade civil é o espaço onde aqueles que se encontram excluídos pelo processo de globalização da economia mundial podem unir forças e buscar alternativas a essa realidade (COX, 2002).

Em termos de organização política, os grupos de resistência possuem uma estrutura variada e complexa. São heterogêneos entre si, atuando por causas que abrangem questões de gênero, trabalhistas, religiosas, regras do comércio, educação, meio ambiente, direitos humanos, etnias, minorias raciais,

¹⁰ Cox faz uma alusão ao paradigma do “movimento duplo” de Karl Polanyi para explicar o surgimento dos movimentos de contra-hegemonia: a) primeira fase deste movimento – imposição sobre a sociedade do conceito de mercado auto-regulável. Para Polanyi, a noção de um processo econômico separado e além da sociedade era uma aberração histórica; b) os efeitos dessa primeira fase levaram à segunda fase: uma reposta de autodefesa da sociedade por intermédio do sistema político, ao reafirmar a primazia do “social” pela legalização dos sindicatos e barganha coletiva, o estabelecimento de um sistema de segurança social, a introdução de uma legislação trabalhista e o reconhecimento da responsabilidade governamental na garantia de níveis satisfatórios de emprego e bem-estar. Cria-se a possibilidade de uma resposta global à tendência atual de desregulamentação e privatização; tal resposta deverá trazer de volta o processo econômico sob o controle social, de acordo com as suas propostas (COX, 1993, p. 261-262).

dentre tantas outras (RAMOS, 2006b). Compreendem não só as ONGs mas também partidos políticos, as igrejas, a mídia, associações políticas e científicas e outros. Não há uma liderança clara ou definida, o que dificulta a cooptação de lideranças pela classe hegemônica, na tentativa de desintegrar o movimento como um todo. Os ativistas, em tempo integral, representam uma minoria em relação a crescente quantidade de pessoas que participam, de formal geral, das mobilizações em todo o mundo (GILL, 2000).

A ação coletiva global deve ser vista como plural e diferenciada e, ao mesmo tempo, democrática e inclusiva. Possui concepções inovadoras de justiça social e solidariedade, de conhecimento, emancipação e liberdade, e se preocupa com aspectos como a diversidade, a unicidade do planeta e da natureza, a democracia e a equidade social (GILL, 2000). Apesar da diversidade de interesses, há o sentimento de opressão ou exclusão em comum entre essas diversas identidades, e a consciência de que a superação das adversidades impostas pela globalização advém de uma interação que concilie o local, o regional e o global.

A classe transnacional hegemônica tem procurado enfraquecer, deslegitimar e desintegrar os movimentos de resistência. Devido à ausência de uma liderança clara, consideram a sua atuação fraca e descoordenada. De fato, os movimentos se deparam com problemas de representatividade em decorrência de interesses divergentes, principalmente entre os movimentos do Sul em relação aos do Norte. Há também quem critique a estrutura organizacional demasiada hierárquica das ONGs e a aproximação, de caráter duvidoso, de algumas delas do Estado, das corporações transnacionais e das instituições internacionais (como se passassem, com tal aproximação, a atuar conforme os interesses dessas entidades) (GILL, 2000).

O desafio atualmente é procurar fazer uma ponte entre as diferenças existentes na diversidade dos grupos em desvantagem frente à globalização, a fim de estabelecer um entendimento comum da sua natureza e das suas conseqüências, e planejar uma estratégia que vise à subordinação da economia política mundial a um regime de equidade social. Ou seja, construir um bloco histórico contra-hegemônico que confronte a formação hegemônica da globalização em longo prazo.

Outro aspecto importante na criação de um bloco contra-hegemônico é o renascimento do espírito de solidariedade. Para superar a desintegração social e a passividade, será necessária a criação de uma sociedade civil inspirada por um sentimento forte de solidariedade no nível da comunidade, por meio de uma conexão com outras comunidades fortes em outros países, no nível transnacional ou global (COX, 2002). Novas autoridades políticas, nos

níveis nacional, regional e mundial, podem ser construídas, em longo prazo, através de uma democracia participativa.

Portanto, o pensamento político de Gramsci proporciona mecanismos teóricos que possibilitam a abertura de espaços para uma atuação política que vise à transformação da realidade e à emancipação humana. O trabalho que vem sendo desenvolvido pelos neogramscianos, no tocante às Relações Internacionais, contribui para que essa transformação e emancipação humana possam ser pensadas no âmbito global. Os movimentos sociais no mundo encontram-se engajados numa luta árdua e contínua para a construção do que seria, à luz do pensamento de Gramsci, um bloco histórico contra-hegemônico, que vise à globalização alternativa. Almejam a transformação social em direção a uma sociedade global mais justa, democrática e ecologicamente sustentável. Logo, o conceito de Gramsci de contra-hegemonia pode, em tese, sim, ser aplicado a eles.

A confrontação de idéias e culturas, o diálogo, a superação de particularidades pela universalização das ideologias, a atuação flexível, tanto teoricamente como na prática, devem ser levadas em consideração pelos movimentos sociais na elaboração de um projeto político que consiga atender aos seus interesses e aos interesses de seus potenciais aliados. Isso já tem sido feito por meio dos inúmeros encontros e fóruns de discussão e debate realizados ao redor do mundo, como, por exemplo, no âmbito do Fórum Social Mundial.

Como uma contra-hegemonia se tornaria uma hegemonia? Que meios seriam utilizados para isso? Como dar continuidade ao projeto de uma ordem mundial alternativa? Esses são alguns dos questionamentos que devem ser levantados e discutidos, não somente pelos movimentos de contra-hegemonia mas igualmente por todos os que se encontram engajados na luta pela transformação da realidade e pela emancipação humana. Apesar das limitações que ainda se apresentam quando do estudo desse tema, não se pode deixar de reconhecê-lo como um campo fértil para a sua análise no tocante às Relações Internacionais.

Abstract

As a result of the difficulties faced by the transnational historical block in reproducing its hegemony, and the alleged negative effects of the expansion of neo-liberal globalization worldwide, spaces for its contestation have been opened. In that context, social movements of global resistance have emerged with the chance to expand and gain strength as a counter-hegemonic block, according to Antonio Gramsci's political thought. Therefore, this article aims to make a reflection on the genesis of such movements in

the international scenario, having as its theoretical framework some of Gramsci's main concepts and the contribution of the Neo-Gramscian Perspectives to International Relations regarding social movements of global resistance. For such, texts and articles by scholars responsible for the analysis of Gramsci's thought and concepts, as well as and their application to International Relations, are presented. It follows that those tools present innovative and promising ways to International Relations in the analysis of counter-hegemony movements.

Key words: Neo-liberal globalization; Social movements of global resistance; Counter-hegemony; Gramsci; Neogramscian perspectives.

Referências

- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O lugar – em lugar – do método. In: **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- COX, Robert W. Social forces, states, and world orders: beyond international relations theory. In: COX, Robert W.; SINCLAIR, Timothy J. **Approaches to world order**. Cambridge: University Press, 1996.
- COX, Robert W. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. In: GILL, Stephen (Org.). **Gramsci, historical materialism and international relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- COX, Robert W. Civil society at the turn of the millennium: prospects for an alternative world order. In: COX, Robert W.; SCHECHTER, Michael G. **Political economy of a plural world**. New York: Routledge, 2002.
- COX, Robert W. Structural issues of global governance: implications for Europe. In: GILL, Stephen (Org.). **Gramsci, historical materialism and international relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- GILL, Stephen. Toward a postmodern prince? The battle in Seattle as a moment in the new politics of globalization. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 29, n. 1, Jan. 2000, p. 131-140.
- GILL, Stephen; LAW, David. Global hegemony and the structural power of capital. In: GILL, Stephen (Org.). **Gramsci, historical materialism and international relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MEZZAROBBA, Orides (Org.). **Gramsci, Estado e Relações Internacionais**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

MONT PÈLERIN SOCIETY. The Mont Pèlerin Society. 2007. Disponível em: <www.montpelerin.org/mpsAbout.cfm>. Acesso em: 17 set. 2007.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RAMOS, Leonardo César Souza. Materialismo histórico e estudos internacionais. 2006a. Disponível em: <www.acesa.com/gramsci/texto_impressao.php?id=454>. Acesso em: 13 fev. 2007.

RAMOS, Leonardo César Souza. Collective political agency in the XXIst century: civil society in an age of globalization. 2006b. Disponível em: <www2.warwick.ac.uk/fac/soc/csgr/research/workingpapers/2006/wp18706.pdf>. Acesso em: 18 set. 2007.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Other globalizations. Alter-native transnational processes and agents. **Série Antropologia da Universidade de Brasília**, Brasília, v. 389, 2006, p. 1-48.

ROBINSON, William I. **Promoting polyarchy**: globalization, US intervention, and hegemony. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da. **Relações Internacionais: teorias e agendas**. Brasília: IBRI, 2002.

SCHECHTER, Michael G. Critiques of Coxian theory: background to a conversation. In: COX, Robert W.; SCHECHTER, Michael G. **Political economy of a plural world**. New York: Routledge, 2002.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SILVA, Marco Antonio de Meneses. Teoria crítica em relações internacionais. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, jul./dez. 2005, p. 249-282.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais. In: **Metodologia das Ciências Sociais**, v. 1. São Paulo: Cortez, 2001.